



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICSA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

MARIA VANESSA SILVA DOS REIS

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: o papel do
Nedetemb no fortalecimento das instâncias de participação cidadã no Maciço de
Baturité, no Ceará**

Redenção – CE

2016

MARIA VANESSA SILVA DOS REIS

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: o papel do
Nedetemb no fortalecimento das instâncias de participação cidadã no Maciço de
Baturité, no Ceará**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Sociais (ICSA) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador (a): Profa. Dra. CLÉBIA MARDÔNIA FREITAS SILVA

Redenção – CE

Dezembro/2016

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

R311d Reis, Maria Vanessa Silva dos.

Desenvolvimento territorial e políticas públicas: o papel do NEDETEMB no fortalecimento das instâncias de participação cidadã no maciço de Baturité, no Ceará. / Maria Vanessa Silva dos Reis. – Redenção, 2016.

54 f.; 30 cm.

Monografia apresentada ao curso de Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profa. Dra. Clébia Mardônia Freitas Silva.

Inclui figuras e referências.

1. Desenvolvimento social. 2. Desenvolvimento territorial. 3. Políticas públicas. I. Título.

CDD 303.440981

MARIA VANESSA SILVA DOS REIS

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: o papel do
Nedetemb no fortalecimento das instâncias de participação cidadã no Maciço de
Baturité, no Ceará**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do Diploma de Graduação em administração pública da universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Data: ____/____/____

Nota: _____

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Clébia Mardônia Freitas Silva (Orientadora)

Prof. Dra. Maria Vilma Coelho Moreira Faria – Membro Convidada

Profª. Dra. Andrea Yumi Sugishita Kanikadan – Membro Convidada

“Fui crucificado com Cristo. Assim, já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim. A vida que agora vivo no corpo, vivo-a pela fé no Filho de Deus, que me amou e se entregou por mim”.

Gálatas 2:20

AGRADECIMENTOS

Primeiramente e sempre, a DEUS, que me deu vida e inteligência, e que me dá força para continuar a caminhada em busca dos meus objetivos.

Aos meus pais, Paulo Rufino dos Reis e Maria Vilani Fernandes da Silva, que me ensinaram a não temer desafios e a superar os obstáculos com humildade.

À minha orientadora, professora Clébia Mardônia Freitas Silva, pela dedicação na realização deste trabalho, que sem sua importante ajuda e conhecimento não teria sido concretizado.

Ao meu colega de bolsa, Silvanar Soares Pereira, pelo incentivo e sugestões dadas para a realização da monografia.

Aos meus amigos Adriana Pereira da Silva, Ana Táciila Lima da Silva, Tátia Maria Maciel Farias e Francisco Evilásio Domingos da Silva, por tornarem-se muito mais que amigos, mas irmãos, e também pelo incentivo e apoio durante a realização do trabalho.

E aos demais que, de alguma forma, contribuíram na elaboração desta monografia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Territórios Rurais em números.....	19
Figura 2: territórios rurais e da cidadania.....	22
Figura 3: fluxograma – Instâncias de Gestão.....	23
Figura 4: Territórios da Cidadania em números.....	24
Figura 5: fluxograma – atuação do NEDET em articulação com o Colegiado e suas instâncias.....	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resultados alcançados (atuação Nedetemb).....	37
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: NEDET em números.....	26
--	----

LISTA DE SIGLAS

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODET – Coordenação da Coordenadoria de Desenvolvimento Territorial e Combate à Pobreza

CODETEMB – Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Maciço de Baturité

DPMRQ – Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

INTESOL – Incubadora Tecnológica de Economia Solidária

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

NEDET – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial

NEDETEMB – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Maciço de Baturité

PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PTC – Programa Territórios da Cidadania

SDA – Secretaria de Desenvolvimento agrário

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SPM/PR – Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - A Estratégia de Desenvolvimento Territorial no Brasil	16
CAPÍTULO 2 - O Nedetemb na Unilab: potencialidades, limites e desafios na sua intervenção	29
2.1. Implantação do Nedetemb na Intesol/Unilab	29
2.2. Nedetemb na prática.....	32
2.3. Confrontando a proposta do Nedetemb com sua prática.....	35
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48
ANEXOS	51

RESUMO

A estratégia de Desenvolvimento Territorial foi inserida no Brasil no final da década de 1990, e parte do pressuposto de uma ação que possui distintas dimensões do desenvolvimento e a participação ativa de segmentos sociais, em sua maioria, do meio rural. O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Maciço de Baturité (Nedetemb) foi instalado na Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Unilab (Intesol) visando, especialmente, fortalecer o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Maciço de Baturité (Codetemb) e suas instâncias – Núcleo Dirigente, Núcleo Técnico e Comitês Temáticos no que concerne a implantação e controle social das políticas públicas locais. Refere-se, portanto à aproximação da Unilab nas ações do território e ainda, viabilizar respostas ao papel que se propõe a realizar em relação a qualificar a gestão social no território com ações de ensino, pesquisa e extensão. O Nedetemb, através da Intesol, assume o papel de mediar às relações entre o poder público e a sociedade civil contribuindo para a efetividade das políticas públicas no território. Colabora, especificamente, para fortalecer e ampliar a participação das diversas instâncias no território. Para tanto, atua com uma equipe de bolsistas e assessores com especificidades voltadas às políticas de atenção as mulheres, jovens, comunidades tradicionais e de inclusão produtiva. Atualmente, vem apoiando o Núcleo Dirigente na realização das plenárias territoriais, na mobilização de plenárias de políticas públicas e na formação de fóruns locais de políticas públicas; realiza a formação dos comitês, Núcleo Técnico e Núcleo Dirigente, e ainda aborda periodicamente os Ciclos de Encontros Temáticos. Segundo relatos, a implantação do Nedetemb qualificou a ação do Codetemb e suas instâncias, embora ainda apresente limites e desafios.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Territorial, Nedetemb, Políticas Públicas.

ABSTRACT

The Territorial Development Strategy was entered in Brazil at the end of the Decade of 1990, and assumes an action that has different dimensions of development and the active participation of social segments, mostly from rural areas. The core of developing Territorial Extension of the Massive Territory of Baturité (Nedetemb) was installed in the technology incubator of solidarity economy of Unilab (Intesol) aiming in particular, to strengthen the Group of Territorial Development of the massif of Baturité (Codetemb) and its instances- Technical Core leader, Core and Thematic Committees with regard to social control and deployment of local public policies. Refers, therefore the approximation of Unilab in the actions of the territory and make responses to the role which it intends to carry out in relation to the social management in the territory with actions of teaching, research and extension. The Nedetemb, through the Intesol, assumes the role of mediate relations between the public authorities and Civil Society contributing to the effectiveness of public policies in the territory. For this purpose, works with a team of scholars and advisors with specific features geared to the women, youth, traditional communities and productive inclusion. Currently, has been supporting the core Leader in carrying out public policy plenary and training of local public policy forums; performs training of committees, Technical Core and core Leader, and still regularly tackles the dating theme. According to reports, the deployment of qualified Nedetemb the action of Codetemb and their instances, although still limits and challenges.

KEYWORDS: territorial development, Nedetemb, public policies.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento territorial no Brasil perpassa ambientes de luta e buscas incessantes por melhores condições para as classes mais pobres. Desta forma, foram implementadas ações que pudessem, de alguma forma, atender a esta demanda, e resolver os altos índices de pobreza em algumas regiões brasileiras. A criação da Política de Desenvolvimento Territorial, no ano de 2003, parece ter sido umas das mais relevantes iniciativas de tentar deliberar ações que melhorassem as condições de vida de regiões que possuíam baixo índice de desenvolvimento.

Destarte, percebe-se que a iniciativa de intervir utilizando o processo da *intersectorialização*, isto é, sugerindo que o desenvolvimento seja elaborado de forma descentralizada, por meio da participação das esferas locais, é que permite-se admitir um acerto em termos de democracia, visto que o Poder Público não age sozinho, mas em parceria com a Sociedade Civil no debate relacionado as demandas locais, viabilizando respostas ao território em termos de políticas públicas, inclusão social, política e econômica.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) possuem o objetivo de contribuir para a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, apoiando os Colegiados Territoriais. (BRASIL, 2015).

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), através da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (Intesol) fora uma das selecionadas para implementar o NEDET no território no qual está situada, Território Rural Maciço de Baturité, sendo denominado de Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Maciço de Baturité – Nedetemb.

Busca-se neste estudo compreender como o Nedetemb vem contribuindo para fortalecer o Colegiado Territorial e suas instâncias – Núcleo dirigente, Núcleo Técnico, Comitês Temáticos e Setoriais, ou seja, identificar na prática que ações são realizadas para tal fim e, se as mesmas apresentam os resultados propostos. Para tanto este trabalho buscou responder e perfazer esta compreensão, através da seguinte problemática: qual a relevância da atuação do

Nedetemb na cooperação com as instâncias de participação política e cidadã para o Desenvolvimento do Território Maciço de Baturité?

Com o propósito de responder esta questão foi realizada a coleta de dados através da análise de artigos, documentos gerados pelo próprio projeto e coleta de depoimentos da equipe Nedetemb e de algumas representações do Território, para sistematização e conhecimento dos resultados propostos pelo Núcleo.

O desenvolvimento da pesquisa foi balizado pelos seguintes objetivos específicos: analisar a proposta do NEDET como instrumento de fortalecimento da atuação dos colegiados e suas instâncias nos territórios rurais, evidenciando como isso se processa no Território Maciço de Baturité; compreender o papel do Nedetemb com o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Maciço de Baturité e suas instâncias; comparar os objetivos propostos pelo Nedetemb e a relação com as ações propostas e executadas; realizar a análise de como se processa a contribuição da proposta do Nedetemb em relação ao Desenvolvimento das Políticas Públicas Locais e o Desenvolvimento Territorial.

Com o intuito de alcançar estes objetivos a metodologia adotada foi qualitativa, isto é, foram analisados os contextos que influenciavam na atuação do Núcleo, na opinião dos depoentes, em relação ao alcance dos resultados, tendo em vista que serão analisados com base nas respostas e nas metas propostas no planejamento de ação.

Esta pesquisa possui um caráter inovador, considerando que o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial é um instrumento cuja estratégia parece ter caráter inovador, visto que sua implantação nas universidades vem buscando manter a estratégia territorial como condição relevante para o processo de desenvolvimento.

Este trabalho classifica-se como um estudo de caso baseado nas experiências e documentos produzidos na atuação efetiva do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial no Território Maciço de Baturité (Nedetemb). Sua realização também se deu através de observação direta, considerando que houve atuação por parte da pesquisadora durante as ações realizadas pelo projeto, no período de 19 meses. Foi utilizado o procedimento técnico bibliográfico, isto é, pesquisa de fontes secundárias sobre os temas de

desenvolvimento territorial e políticas públicas, com o objetivo de acrescer os conhecimentos sobre as temáticas que nortearam o desenvolvimento do referido estudo.

O *Locus* de atuação do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedetemb) e da pesquisa é o Território Maciço de Baturité. Localizado no Estado do Ceará, numa distância média de 100 km da capital Fortaleza, está situado numa área total de 4.820 km², e é composto por 13 municípios, quais sejam: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção, somando uma população de, aproximadamente, 279 mil habitantes, segundo dados do Instituto de Pesquisa e Estatística Econômica do Ceará (IPECE, 2014).

Atualmente, a equipe Nedetemb conta com uma *staff*¹ de cinco pessoas, sendo uma coordenadora, três assessores – um de gestão social, um de inclusão produtiva, uma assessoria de gênero - e um bolsista de apoio. Embora com ações específicas, a equipe atua conjuntamente para a consecução dos resultados propostos.

A presente monografia estrutura-se em dois capítulos. O primeiro capítulo trata da Estratégia de Desenvolvimento Territorial, que aborda a ideia propulsora do desenvolvimento, sob uma ótica mais descentralizada, e, de forma contextualizada, sobre o NEDET e sua implantação em âmbito nacional. E no segundo capítulo, é abordado o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Maciço de Baturité (Nedetemb), como estudo de caso, seguido de sua proposta, ações decorrentes de sua atuação no Território em questão, suas potencialidades e limites. Posteriormente, são apresentados e analisados os resultados alcançados pelo núcleo, inerentes ao período de sua atuação, considerando-os como pontos basilares para responder a problemática do referido estudo, seguida das considerações finais que trazem as interpretações dos resultados analisados. Ao final, apresentamos as referências que contribuíram para compreensão teórica do estudo.

¹ Etm. do inglês: pessoal, equipe, grupo de pessoas que assessoram.

CAPÍTULO 1

A Estratégia de Desenvolvimento Territorial no Brasil

As experiências inerentes a Estratégia de Desenvolvimento Territorial no Brasil é pensada desde o final da década de 1990, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), em programas para espaços rurais deprimidos do país. Este enfoque ganhou força após embates e debates em espaços de luta organizado e implementado pela Sociedade Civil, com a eleição do presidente do campo democrático popular, Luis Inácio Lula da Silva, onde a busca por mais espaço na formulação e gestão de políticas públicas teve êxito. Esta busca teve resposta do Poder Público através da implementação de uma Política Pública voltada para o desenvolvimento territorial. (DELGADO; BONAL; LEITE, 2007).

A partir do Governo Lula, em 2003, institui-se um novo formato de política, optando-se pela construção de uma nova institucionalidade – o território, fundada na representação dos interesses sociais e econômicos da agricultura familiar e que previa a coordenação e articulação de um grupo de municípios, mantida uma identidade coletiva em torno de uma estratégia comum (LEITE, et al, 2007).

Desde o ano de 2003, efetivamente a partir do ano de 2004, quando incluído no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, o enfoque territorial ganhou destaque como algo inovador, um “projeto de país” que poderia está à altura das necessidades e anseios da sociedade nacional, sendo considerado como uma efetiva conquista democrática. Com a retomada das mobilizações da Sociedade Civil, os mais diversos e distintos atores sociais do espaço rural brasileiro passaram a se organizar de forma mais intensa, reivindicando direitos condizentes com um Estado Democrático a essa parcela majoritária da população rural brasileira. Esta passou a se reconhecer como agricultores familiares, passando a cobrar por direitos distintos, resultando no direto previdenciário dos trabalhadores rurais e na criação institucional voltada para a agricultura familiar: Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Tamanha mobilização, controle e participação social foram pertinentes como estratégias de desenvolvimento e inclusão social, contribuindo com a constituição de políticas públicas e

programas, ambos efetivados em conselhos e conferências. Com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) constitui-se a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial, que lança a proposta e implementa a Estratégia de Desenvolvimento Territorial Sustentável, com a redução das desigualdades regionais e sociais, integrando a dinâmica regional ao desenvolvimento nacional. (SILVA [et al], 2015).

Para Caniello, Piraux e Rambo (2012), a estratégia territorial representa um grande progresso em termos de políticas públicas no Brasil, pois surge como um elemento estratégico para a concepção de desenvolvimento rural, tendo em vista que descentraliza as políticas públicas, valoriza e facilita a participação da sociedade civil e redefine o papel das instituições.

De acordo com Santos e Marschner (2008), um dos eventos que melhor simboliza a implantação da proposta do Desenvolvimento territorial no Brasil refere-se à criação, em 2003, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Nada mais inovador do que estimular o desenvolvimento endógeno dos territórios rurais, partindo da ampliação da capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das populações locais. Nada mais avançado do que orientar políticas públicas segundo as demandas expressadas pelas comunidades e organizações da sociedade, reconhecendo as especificidades de cada território e ofertando instrumentos de desenvolvimento que atendam a essas características (Artigo - Série Documentos SDT: número 01: “Referências para uma estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil” (SDT/MDA, 2005, p. 11).

Em países como o Brasil, onde a razão para a persistência da pobreza é a concentração de riqueza, que teve sua origem em uma sociedade escravocrata excludente, ainda brotam as mais graves formas de desigualdade na sociedade atual. Segundo MDA (2003), as capacidades humanas, deprimidas em razão da baixa escolaridade média do brasileiro, encontram sua expressão mais grave na população rural, devido não somente à precariedade

do sistema público educacional no meio rural, mas também pela insuficiência dos serviços de formação e informação dessa população.

Um das formas de tentar resolver as disparidades existentes no meio rural, além de estabelecer o enfoque territorial (política mais próxima da realidade, descentralizada), é através do apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, a reforma agrária e ao reordenamento agrário, podendo ser estas as responsáveis pelo desenvolvimento territorial, pois ajusta-se perfeitamente, às prioridades de combate à pobreza e a fome, ao desenvolvimento e integração regional, na medida em que estabelecem condições de florescimento de uma dinâmica de desenvolvimento descentralizado, interiorizado, participativo e sustentável. (MDA, 2003)

O desenvolvimento territorial pode auxiliar, não somente a sociedade civil, mas também tem sua perspectiva no fortalecimento do poder público municipal, quando o incentiva a assumir plenamente suas responsabilidades, ofertando serviços de qualidade extensivos a toda a população, quando o convida a participar, conjuntamente com a sociedade civil, das tomadas de decisão e da busca de políticas públicas que podem intervir significativamente no território do qual fazem parte.

A abordagem territorial adotada como estratégia de desenvolvimento, surge com três vantagens em sua implementação. Quais sejam: 1. Possui uma escala territorial menor que favorece a implementação de estratégias de desenvolvimento; 2. Favorecimento da integração de ações entre os governos; 3. Ampliação e fortalecimento da participação social na gestão do desenvolvimento territorial (MDA, 2015).

O modelo de Desenvolvimento Territorial, adotado pelo MDA, concilia combate à pobreza, segurança alimentar e nutricional, proteção ambiental e geração de renda. O território torna-se um novo espaço de construção de projeto e articulação de políticas públicas em parceria com estados, municípios e sociedade civil. (ANDREOLLA, 2011).

Os municípios brasileiros, por suas características gerais e interações diversas, constituem-se em “microrregiões geográficas”, dentre as quais cerca de 450 delas podem ser caracterizadas como “essencialmente rurais”, incluindo as respectivas

idades de pequeno e de médio porte. Como conceito geral, a abordagem territorial pode ser empregada em praticamente qualquer realidade concreta, cabendo a SDT/MDA articular a seleção e ordenamento das microrregiões que, inicialmente, receberão o apoio pretendido, segundo suas limitações de recursos. Busca a integração interna dos territórios rurais e destes com o restante da economia nacional, sua revitalização e reestruturação progressiva, assim como a adoção de novas funções e demandas. (...) A meta fundamental do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais é estimular a coesão social e territorial das regiões e dos países onde ela é empregada como elemento harmonizador dos processos de ordenamento e desenvolvimento das sociedades nacionais (Artigo – Série Textos para Discussão 4. MDA, 2003, p. 04).

A perspectiva territorial do desenvolvimento destaca os territórios rurais como heterogêneos, significando uma diversidade de atores e de interesses, alguns deles conflitantes, outros não, além de outras características próprias que o distinguem dos demais. Portanto, não é possível se conhecer todos ao se conhecer alguns, nem se aplicar processos idênticos em todos os territórios, visto que cada um possui suas particularidades/peculiaridades. (MDA, 2005).

Segundo dados do IBGE (2010), os territórios rurais organizam-se quantitativamente da seguinte forma:

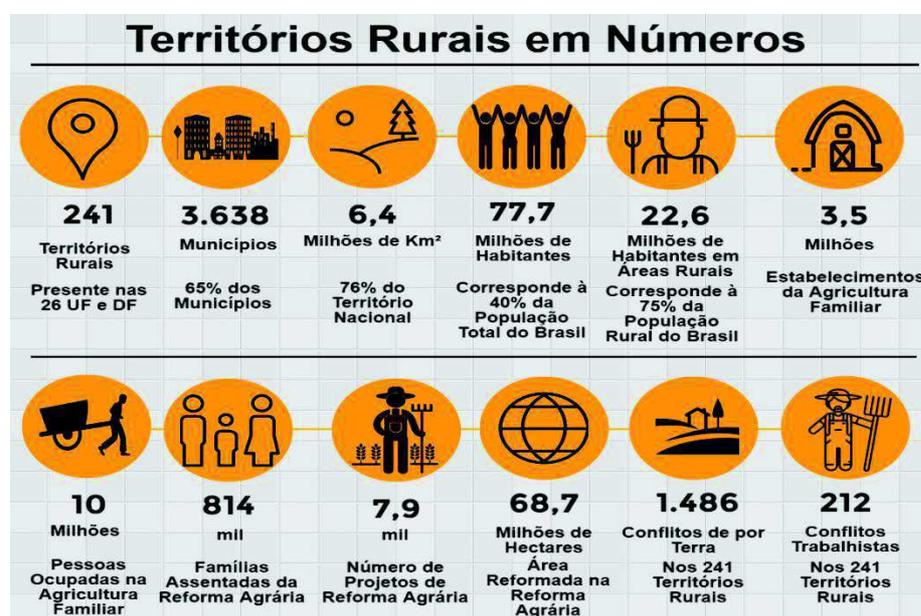


Figura 1: Territórios Rurais em números.

Fonte: IBGE, 2010; Censo agropecuário, 2006; INCRA. CGCON/SDT, 2016. Portal NEDET.

Para a SDT (2008), o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que possam ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento.

Já para Castro (1992), [...] o território é uma unidade geográfica, mas é também uma unidade sociopolítica. Pode-se falar então em um ‘espaço territorial’, que constitui um sistema de estruturas tanto sociais como espaciais, estabelecido através da ação humana sobre a natureza. O desenvolvimento territorial desta unidade sociopolítica formada por representações do poder público e da sociedade civil, precisa de muito mais do que organização e planejamento conjunto.

Segundo Bacelar (2008), promover desenvolvimento territorial requer mais que meros esforços de regionalizar políticas públicas nacionais, estaduais ou outras. Parte-se do território, com seus atributos e sua história, seus agentes e sua cultura, suas instituições e sua base de recursos.

O Governo Federal Brasileiro, em 2003, elaborou a Política Nacional de apoio ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) e, desde então, vem propondo políticas territoriais pautadas na descentralização, na participação e, dentre outras proposições, como por exemplo, a sustentabilidade. (BRASIL, 2013)

A abordagem territorial implica a adoção do território, como objeto de desenvolvimento político, incorporando a dimensão espacial e geográfica, como forma de superar ou complementar as estratégias setoriais focadas em atores sociais ou em setores econômicos. Isto implica, necessariamente, na articulação das diferentes estratégias ou políticas públicas; que convergem simultaneamente, para os espaços territoriais, sobre os quais integram as políticas de desenvolvimento rural (SOUSA apud PERICO, PERAFÉN e PINILLA, 2011 p. 18).

Oliveira (2014), corrobora enfatizando que promoção do desenvolvimento territorial através da articulação das instâncias representativas do território também se verifica pela participação nas decisões, de todos que constituem e conhecem a demanda do território. Afirma ainda que umas das novas formas que se destacou na área de gestão de políticas públicas foi o desenvolvimento rural com enfoque territorial. Para este autor, o enfoque

propiciou maior participação social dos atores no processo de diálogo, negociação, representação e planejamento de políticas públicas, desenvolvendo atributos da capacidade governativa e da gestão social dos processos de desenvolvimento. As políticas públicas brasileiras de desenvolvimento territorial assumem o papel de atendimento às especificidades, principalmente, no meio rural, com a valorização dos recursos locais, da agricultura familiar e da reforma agrária.

De acordo com dados do MDA (2008), após os cinco anos de início da estratégia de desenvolvimento com foco na descentralização de políticas públicas voltadas para o território de identidade rural, a abordagem territorial ganha mais um capítulo para o fortalecimento dos territórios rurais, com a implantação do Programa Territórios da Cidadania (PTC), em 2008, pelo Governo Federal, através do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). O período de 32 anos previsto pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), para que os territórios pudessem conquistar sua autonomia, são interrompidos cinco anos depois para dar lugar a essa nova política pública com diferentes intenções e formas de intervenção. O PTC é uma ação integradora de espaços e atores sociais voltados para o Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, estes sendo considerados a base do Programa Territórios da Cidadania, tal programa combina em seu conceito uma proposta de desenvolvimento local/regional baseada na estratégia territorial, consolidação das relações federativas, integração de políticas públicas e participação social.

No ano de sua instalação, foram beneficiados 60 territórios, e desde 2009, atua com 120 territórios em todo o país, significando o acesso de mais dois milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, famílias de pescadores e comunidades tradicionais, às ações do programa, abrangendo, aproximadamente, 1.852 municípios. (DELGADO; LEITE, 2011).



Figura 2: territórios rurais e da cidadania.

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA, 2014).

O programa Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável voltado para a garantia de direitos sociais, abrangendo às regiões do país que mais precisam, com o objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações (BRASIL, 2008).

O PTC atua em combinação com ações de ministérios e governos estaduais e municipais, desenvolvendo atuações, tais como: financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com a ampliação da assistência técnica; a construção de estradas com a ampliação do Programa Luz para Todos; a recuperação da infraestrutura dos assentamentos com a ampliação do Programa Bolsa Família; a implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) com a ampliação dos programas Saúde da Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente; Estruturação dos municípios de

pequeno porte com máquinas equipamentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) e a construção de escolas com obras de saneamento básico e a construção de cisternas (BRASIL, 2008).

Trata-se de uma ação de Estado dirigida para regiões rurais nas quais se constroem, historicamente, relações de pertencimento e identidades culturais e geográficas. Para que este processo ganhasse força e densidade, foram criados mecanismos institucionais para o estímulo e o apoio à participação dos atores dos territórios para que possam discutir e deliberar publicamente sobre políticas, programas e projetos que afetam diretamente suas vidas (MDA, 2010).

Para implantação da estratégia, acontece uma etapa chamada de territorialização. Trata-se da ampla convocação dos atores locais e estaduais em cada uma das microrregiões selecionadas (GRANDO, 2010). Para a gestão e implementação, o programa conta com a seguinte composição responsável pela articulação:

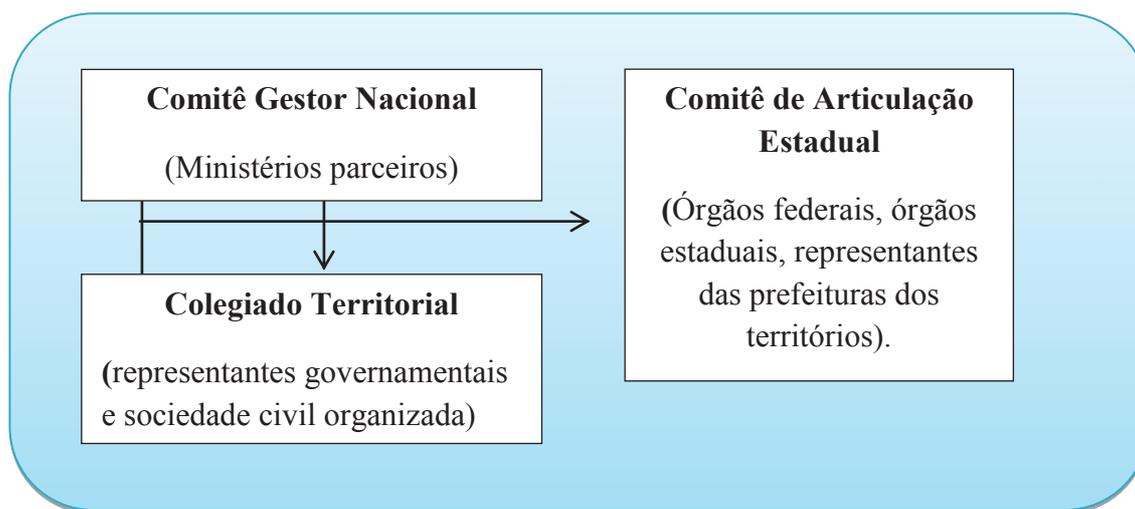


Figura 3: Instâncias de Gestão.

Fonte: fluxograma elaborado pela autora, 2016.

Os Colegiados Territoriais parecem representar para o autor um marco para a participação social na cogestão do programa, pois congregam paritariamente organizações da sociedade civil e do governo. Seu objetivo é promover o diálogo buscando interesses comuns e a articulação entre os dois setores para o desenvolvimento territorial (FAVARETO, 2010). São considerados espaços de consolidação da participação das organizações sociais nos

processos de planejamento de políticas públicas para o desenvolvimento territorial, em que a atuação dos atores sociais da sociedade civil se torna mais efetiva (GRANDO apud ECHEVERRI, 2010).

O Programa Territórios da Cidadania (PTC) é o aperfeiçoamento do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), e seu principal ponto de diferenciação está na organização de uma Matriz de ações do Governo Federal, que pode ser considerado o “cardápio” de bens e serviços ofertados aos territórios pelo Programa. O programa articula diferentes ministérios para discutir e atuar em prol dos territórios. Congrega ao todo 19 ministérios, e quatro secretarias da Presidência da República, sendo que seus recursos, “um montante bem expressivo” fica sob a coordenação da Casa Civil do Governo Federal (FAVARETO, 2010, p. 56).

Segundo Albuquerque (2010), o programa é voltado para a redução da pobreza no meio rural, destarte defende a necessidade de analisar e trabalhar as causas da pobreza. O PTC constitui-se quantitativamente da seguinte forma:

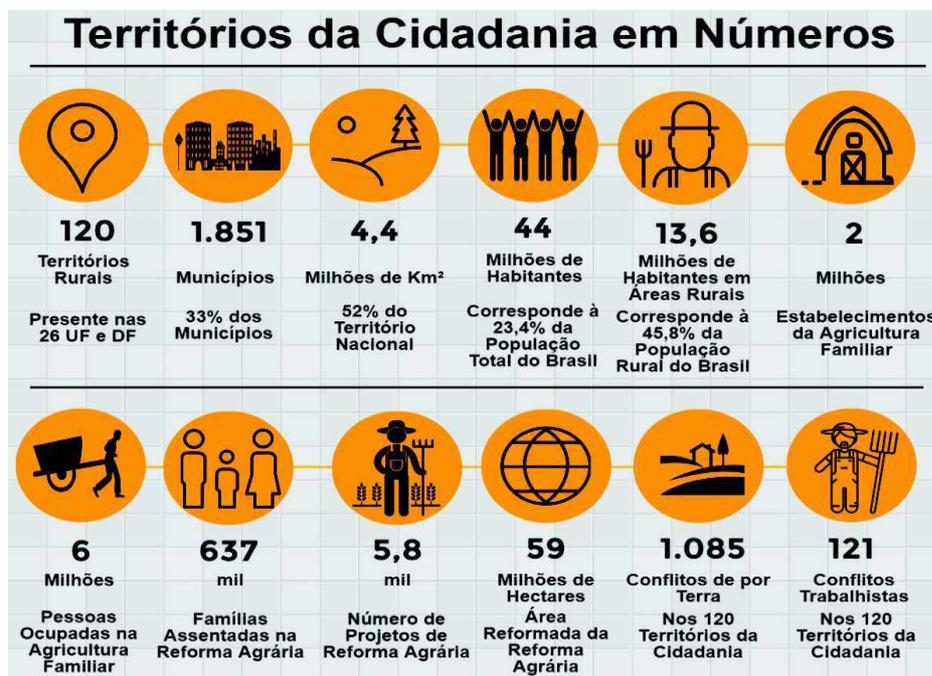


Figura 4: Territórios da Cidadania em números.

Fonte: IBGE, 2010; Censo agropecuário, 2006; INCRA. CGCON/SDT/Portal NEDET, 2016.

A diversidade encontrada em territórios rurais com enfoque territorial leva à necessidade de se formularem políticas com objetivos múltiplos e integrais, que atendam as principais demandas dos atores sociais, pois somente dessa forma, será possível a formação de alianças e parcerias, que concretizem o capital social, em benefício de todos. Não devem restar excluídos nem perdedores, por deficiências na formulação das políticas públicas. (SILVA, 2013).

Segundo o MDA (2014), a atuação do Colegiado se concretiza através de um conjunto de iniciativas de atores sociais (Sociedade Civil) e políticos (gestores públicos), ambos atuando em contribuição para a promoção do desenvolvimento do território do qual fazem parte. Alguns territórios traziam na composição do colegiado a participação das universidades que vinham tecendo grandes contribuições para o desenvolvimento das ações, inclusive em relação ao papel exercido pelos assessores, que muitas vezes não tinham condições de cumprir as enormes agendas.

Assim, ao final de 2014, o Governo Federal, através do MDA, inclui as universidades no processo, lançando edital para a criação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), cujo papel seria fortalecer a atuação dos colegiados territoriais e suas instâncias para que o processo de desenvolvimento pudesse de fato ocorrer. Até meados de 2014, os territórios rurais contavam com a intervenção de assessores vinculados às Secretarias de Desenvolvimento Agrário em cada estado, cujo papel era promover o fortalecimento das ações realizadas pelo poder público e da sociedade civil, relacionadas às definições dos colegiados territoriais – instâncias de participação cidadã dos territórios compostas por representações do governo e da sociedade civil, com o papel de planejar, acompanhar e exercer o controle social sobre as políticas públicas de desenvolvimento. (SILVA, 2016).

No ano de 2013, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), com o intuito de aperfeiçoar a prestação de serviços nos territórios de todo o país, decide em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), incluir as universidades públicas e os institutos federais de ensino - por meio da encomenda de 2013 e na Chamada Pública CNPq/MDA/SPM-PR nº 11/2014 - na composição de equipes de assessoramento territorial. Segundo a SDT/MDA, estes núcleos são unidades administrativas

que possuem a função de apoiar ações de extensão e de assessoramento técnico aos Colegiados Territoriais e demais atores dos territórios rurais. (SILVA, 2016).

O projeto visa consolidar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, por meio da articulação institucional e operacional de universidades Públicas Federais e Estaduais, Institutos Federais de Educação Tecnológica, das Instâncias de gestão social dos Territórios Rurais, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do MDA e da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República. As ações desenvolvidas por este projeto envolvem o assessoramento, acompanhamento e monitoramento das iniciativas de desenvolvimento territorial do MDA no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial (Pronat) e do Plano Nacional de Política para as Mulheres, principalmente, na sua interface com as mulheres do campo e da floresta. A instância que coordena essa iniciativa é a coordenação Nacional dos NEDET composta por todos os professores coordenadores dos projetos CNPq, SDT, DPMR e CONDEF/MDA, SPM, CNPq, Fórum de Pró-Reitores e Rede Nacional de Colegiados territoriais. A coordenação se reúne semestralmente para troca de experiências e planejamento de ações (CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014-Apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial - MDA, SPM, CNPq, 2015, p. 01).

Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET					
Parcerias					
Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)	Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)	Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ)	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR)	Universidades
Efetivando ações em:					
186 Territórios Rurais e da Cidadania					
Abrangendo:					
54 Universidades e Institutos Federais					

Abarcando:
98 projetos
Atendendo:
As 27 unidades da federação

Quadro 1: NEDET em números.

Fonte: elaborado pela autora, 2016. A partir das informações Portal/NEDET.

Os Núcleos são compostos por equipes multidisciplinares de professores, pesquisadores, estudantes e extensionistas. As atividades de extensão apoiam técnica e metodologicamente o funcionamento dos Colegiados Territoriais, institucionalidades representativas dos territórios rurais que contam com a participação do Poder Público e da Sociedade Civil, por meio do fortalecimento da gestão e do controle social, da participação e do empoderamento das mulheres rurais, da articulação e acesso às políticas públicas, da inclusão sócio-produtiva, da promoção de capacidades e competências, e da valorização de saberes locais (MDA, 2015).

Segundo o IPECE (2015) o Ceará conta com catorze territórios rurais - Região Metropolitana de Fortaleza, Centro Sul, Sertão de Inhamuns, Sertão Crateús, Litoral Leste, Litoral Norte, Litoral Oeste/Vale do Curu, Serra da Ibiapaba, Sobral, Sertão Central, Sertão de Canindé, Cariri, Vale do Jaguaribe e Maciço de Baturité. A atuação do NEDET se dá da seguinte forma:

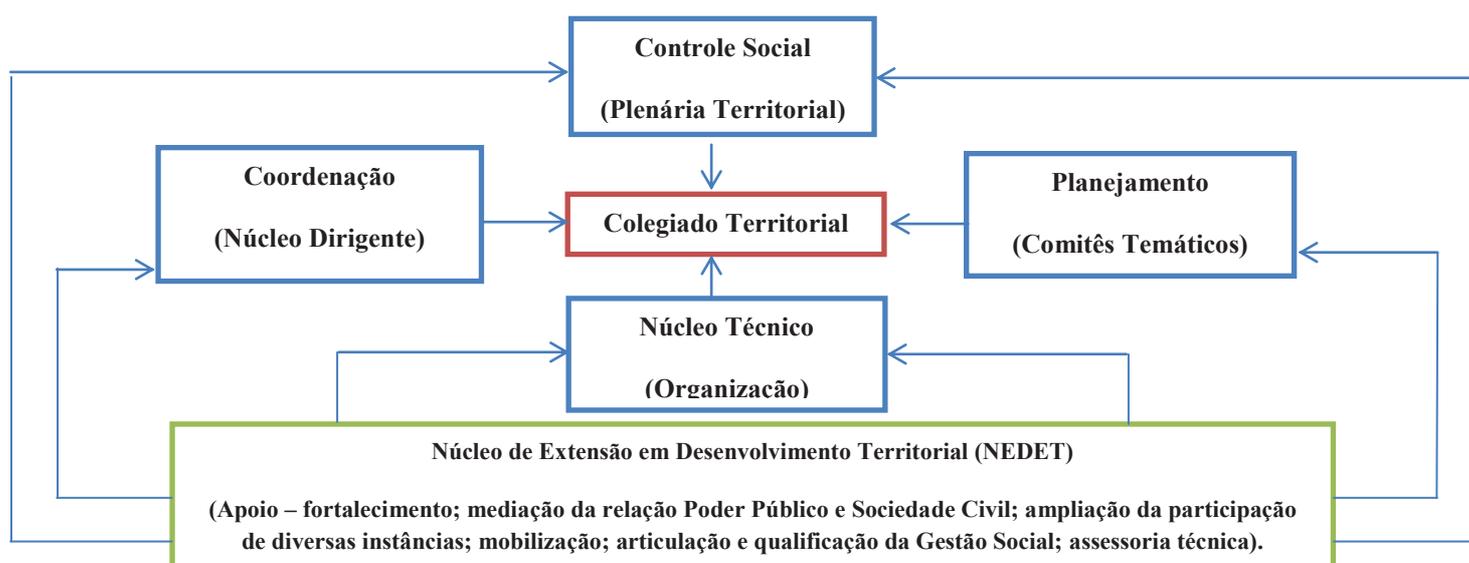


Figura 5: atuação do NEDET em articulação com o Colegiado e suas instâncias.

Fonte: fluxograma elaborado pela autora, 2016.

Segundo relatos da coordenadora, profa. Clébia Freitas (2016), o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) concretiza-se como uma ação de fortalecimento da estratégia territorial, através da Gestão Social e da Inclusão Produtiva com um olhar de gênero, representado pela prestação de uma assessoria que aborda esses três vieses sob a ótica das demandas locais. O fluxograma supra representado, mostra o papel do NEDET frente ao Colegiado Territorial, evidenciado que ambos atuam em articulação.

Dentre os territórios rurais supracitado, Território Maciço de Baturité foi um dos contemplados, através da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (Intesol), da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), com a instalação de um NEDET, que no caso, recebe o nome de Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Maciço de Baturité (Nedetemb), que veio, inicialmente, atender a demanda do Colegiado Territorial quanto à solicitação de maior aproximação da Unilab nas ações do território e, de outro lado, viabilizar respostas ao papel que se propõe a realizar em relação a qualificar a gestão social no território com realização de ações de ensino, pesquisa e extensão.

O capítulo seguinte versa sobre o Nedetemb, sua proposta de intervenção, seu campo de atuação, suas potencialidades, limites e desafios ao que se propõe.

CAPÍTULO 2

O Nedetemb na Unilab: potencialidades, limites e desafios na sua intervenção

Para a construção da contextualização, levou-se em conta a análise dos documentos “Linha do tempo do Território Maciço de Baturité” e “Relatório Final da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (Intesol)”, ambos elaborados pela Intesol, no ano de 2015.

2.1. Implantação do Nedetemb na Intesol/Unilab

A Unilab parte da iniciativa democrática da interiorização do ensino superior, isto é, uma das universidades que faz parte da política de facilitação do acesso ao ensino superior para jovens do interior. Destarte, já nasce com uma forte vocação para o rural, o que incide no compromisso com a sustentabilidade ambiental, redução das desigualdades sociais, de gênero, etnia e diversidade e o direito ao acesso ao ensino superior aos estudantes que possuem dificuldades ou por questões financeiras, econômicas, logísticas, dentre outros aspectos excludentes. (SILVA, 2015).

Segundo a coordenadora da Intesol, dentre as diversas ações de intervenção relacionadas à questão do desenvolvimento voltado para o rural, a Unilab conta com a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (Intesol), como um dos instrumentos que contribui com o ensino, pesquisa e extensão em diálogo com o território maciço de Baturité. (DEPOIMENTO Oral, 2016).

A Intesol parte do conceito de campo e de rural para refletir sobre as políticas territoriais, tendo como recorte a agricultura familiar campesina em contribuição ao debate das políticas públicas e aos grupos, empreendimentos, cooperativas, unidades familiares de produção, artesãos e empresas. Sua contribuição vai além do Território Maciço de Baturité, também se estende aos países parceiros da Unilab – Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Timor Leste e Portugal. (SILVA, 2015).

A incubadora, dentre suas principais ações, desenvolve o processo de incubação de grupos diversos, tais como cooperativa de agricultores, grupos de mulheres e jovens e grupos

de atividades não-agrícolas. Sua contribuição abrange as demandas do Colegiado Territorial com pesquisas e ações de extensão no Território Maciço de Baturité, através do Nedetemb. O núcleo atua em interface com a incubadora no apoio a gestão social e inclusão produtiva com recorte de gênero, no Território Maciço de Baturité. (SILVA, 2016).

O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Maciço de Baturité (Nedetemb), assim denominado como uma forma de “personalizar” seu trabalho a seu *locus* de atuação, parte da iniciativa do MDA, de fortalecer os colegiados territoriais e suas instâncias, neste caso, em parceria com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), através da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (Intesol). Sua atuação no Território Maciço de Baturité se deve a uma demanda do próprio Colegiado, quanto à solicitação de maior aproximação da Unilab nas ações do território; e ampla assessoria em termos de equipe, visto que antes a atuação era acompanhada apenas por um único assessor territorial. (SILVA, 2016)

A Intesol lança o Nedetemb como uma estratégia de promover o diálogo da universidade com os governos locais e a Sociedade Civil, apresentando a seguinte proposta: implantar o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Maciço de Baturité (Nedetemb) por meio de ações de extensão e pesquisa, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial e Políticas para Mulheres e em articulação com o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Maciço de Baturité (Codetemb), apoiando ações de interesse territorial local, através do assessoramento articulado para o desenvolvimento. (SILVA, 2016).

O Codetemb possui base territorial nos 13 (treze) municípios, quais sejam: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Itapiúna, Mulungú, Guaramiranga, Pacoti, Palmácia, Redenção e Ocara, sendo composto, antes da atuação do Nedetemb, pela proporção de 1/3 (um terço) do Poder Público e 2/3 (dois terços) da Sociedade Civil organizada e representação de entidades regionais que desenvolvem ações no Território. Após a atuação do Nedetemb, o Colegiado adquiriu uma nova composição, regimentado estadual e nacionalmente, sendo 50% de instituições representativas do governo e 50% da sociedade civil organizada considerando as cotas de mulheres (até 50%); jovens (até 25%) e

comunidades tradicionais (até 25%) quando da escolha dos seus membros, articulados em rede territorial, e comprometidos com o processo de gestão social de políticas de desenvolvimento rural sustentável. (MDA, 2015).

O Codetemb é um fórum de abrangência territorial, sendo a maior instância de discussão, debate, proposição, aprovação e encaminhamento das políticas públicas no território. Também tem a responsabilidade de identificar as demandas locais, promover a interação entre gestores públicos e a sociedade civil e conselhos setoriais, contribuir com sugestões para a integração e qualificação de ações, além de divulgação das ações da SDT/MDA ou outras ações e políticas do Governo Federal para os territórios (FREITAS, 2015. (<http://diretorioagro.blogspot.com.br/2016/04/collegiado-do-territorio-macico-de.html>)).

Segundo MDA (2015), os Regimentos Estadual, Nacional e Interno, a atuação dos Colegiados Territoriais deve ser pautada na paridade entre o Poder Público e a Sociedade Civil, considerando as cotas de mulheres, jovens e comunidades tradicionais, sendo a representação através de instituições e membros institucionais. Assevera que sua estrutura é formada pelas seguintes instâncias:

Plenária Geral: Principal instância (soberana) de participação do Colegiado, onde são realizados os debates e tomadas as decisões no que diz respeito ao território;

Núcleo Dirigente: Instância Política de coordenação e representação do Colegiado;

Núcleo Técnico: Instância que tem o papel de transformar as ideias do colegiado em projetos;

Comitês Temáticos ou Câmaras: instâncias de planejamento e monitoramento das políticas públicas e das ações do Colegiado no território (Comitê Temático de Mulheres, Comitê Temático de Juventude, Comitê Temático de Inclusão Produtiva etc).

Todos que compõem o Colegiado Territorial, na sua diversidade, possuem um objetivo em comum: desenvolver a cidade na qual vivem, mas não somente isto, ajudar a desenvolver as demais cidades que fazem parte da mesma unidade sociopolítica, isto é, “todos por um todo maior”, pelo bem comum, abordando as particularidades de cada um, através do

assessoramento, acompanhamento e monitoramento das instâncias de participação cidadã do próprio Colegiado.

O enfoque territorial, previsto em políticas públicas, tais como o Pronat, que adota estratégias territoriais de desenvolvimento parte deste enfoque, assim como o Nedetemb, que parece “destacar-se por possuir um alcance maior, uma visão mais ampla da abrangência das políticas públicas às mais diversas classes, principalmente, nas regiões rurais, onde a agricultura familiar é predominante. Aborda uma ótica descentralizadora, na qual está associada à criação de esferas públicas ou de espaços públicos, como foram mais comumente chamados, entendidos como arenas nas quais a presença de novos atores, usualmente movimentos e organizações sociais, de fora do sistema político tradicional, buscava ampliar o campo da política ao tentar redefinir as relações entre Estado e Sociedade (civil), da perspectiva dessa última” (DELGADO; BONAL e LEITE, 2007).

2.2. Nedetemb na prática

O Nedetemb surge na Intesol como um dos projetos mais desafiadores, responsável por fazer o diálogo entre a universidade e a sociedade, ou seja o território maciço de Baturité através da qualificação da Sociedade Civil e do Poder Público, propondo-se a fortalecer o Colegiado, no que diz respeito a fiscalização e controle social das políticas públicas, partindo da premissa do desenvolvimento territorial, através da inclusão/participação das decisões locais de quem dele faz parte; e da oferta de políticas públicas que possuem o enfoque territorial, enfoque este decorrente de demandas locais.

Inicialmente, a atuação do Núcleo enfrentou alguns desafios em sua intervenção articulada com o Codetemb, no Território Maciço de Baturité. Dentre os principais destacam: baixa participação das instituições locais, ações pouco qualificadas do Codetemb, confronto de agendas (neste caso, do Nedetemb com o MDA), falta de prestígio da sociedade local (visto que encontravam-se “*desacreditados*” frente a nova intervenção, devido ao não cumprimentos de outras), descompromisso ao cumprimento de prazos de alguns representantes institucionais do Colegiado, dentre outros percalços que foram discutidos de forma estratégica para a busca de soluções pela equipe Nedetemb (SILVA, 2016).

Atualmente, o Nedetemb conta com uma equipe formada por cinco pessoas (Professor Coordenador, Assessor Territorial de Gestão Social, Assessor Territorial de Inclusão Produtiva, Assessor Territorial de Gênero e um estudante bolsista), que atuam prestando serviços de assessoramento e apoio ao Codetemb e suas instâncias. Para sua implantação o CNPq juntamente com o MDA/SDT financiou algumas ações por um período de 24 meses, um procedimento que perdurará até dezembro de 2016, conforme fala da coordenadora do Núcleo, profa. Clébia Freitas.

O Nedetemb possui os seguintes objetivos estratégicos: realizar levantamento de dados e informações sobre o Colegiado Territorial, políticas públicas do MDA e SDT e políticas para as mulheres; realizar o acompanhamento e avaliação da evolução dos indicadores de desenvolvimento territorial; estabelecer sistemática de acompanhamento e avaliação da implementação de projetos de inclusão produtiva, com ênfase nos apoiados diretamente pelo MDA; e assessoria técnica ao Codetemb com vistas a qualificar sua organização, funcionamento e efetividade de seu papel na gestão social do território (SILVA, 2014).

O Nedetemb, de dezembro de 2014 a dezembro de 2015, vem apoiando o Núcleo Dirigente na realização de plenárias territoriais; criação de fóruns locais de políticas públicas nos municípios e na mobilização de plenárias de políticas públicas; pesquisas; realização da formação dos comitês, Núcleo Técnico e Núcleo Dirigente e organização dos Ciclos de Encontros Temáticos; mapeamento situacional do Colegiado Territorial; atividades formativas com o Núcleo Dirigente; conformação do Colegiado Territorial respeitando a paridade de gênero e as cotas de representação como forma de prepará-lo a tornar-se Território da Cidadania; organização de pré-conferências territoriais de ATER e contribuição a realização da Plenária Territorial de Assistência Técnica e Extensão Rural (II CTATER) no território, segundo depoimento oral da coordenadora, profa. Clébia Freitas.

A baixa participação do Colegiado nas plenárias e reuniões foi um dos principais pontos discutidos e pensados estrategicamente pela equipe Nedetemb, como um dos propulsores a continuação dos demais desafios, que impediam o sucesso da intervenção. Para isso, fora realizada uma plenária de conformação do Colegiado Territorial do Território Maciço de Baturité, com o objetivo de nivelar e capacitar as instituições locais para uma participação

mais ativa, além de proporcionar um diálogo mais próximo com o Poder Público. O processo de intervenção contribuiu para revisar a conformação do Colegiado Territorial diminuindo o quadro de 118 (cento e dezoito) entidades participantes para 78 (setenta e oito) instituições sendo 26 representações do poder público local e 26 representações da sociedade civil, e ainda 26 instituições de abrangência territorial como bancos oficiais e organizações não governamentais que atuam no território maciço de Baturité. (DEPOIMENTO oral do Assessor de Gestão Social, Silvanar Pereira).

Após a conformação do Colegiado foi realizado recadastramento de todas as 78 (setenta e oito) instituições escolhidas na plenária, com representantes efetivos e suplentes para facilitar a participação nas reuniões/plenárias de interesse do território. A suplência, de caráter institucional garante não somente a substituição de um representante, mas da instituição caso esta não possa comparecer (SILVA, 2016).

Outras ações do Nedetemb que viabilizou o empenho decisório nas plenárias territoriais, foram os debates locais proporcionados pelos Fóruns Municipais de Políticas Públicas. O núcleo empreendeu, juntamente com o Codetemb, a criação ou fortalecimento de Fóruns locais de políticas públicas nos 13 (treze) municípios, como sendo um espaço de discussão e debate de projetos e problemas existentes no próprio município, elencando prioridades e buscando soluções a serem levadas para as plenárias, através das representações municipais do território (SILVA, 2016).

O Núcleo, como já citado, atua como mediador das relações entre o poder público e a sociedade civil, em articulação com o Codetemb e a Unilab. Exerce nessa relação, papel de neutralidade frente aos impasses e conflitos, conduzindo os atores e atrizes sociais a caminharem de acordo com as premissas do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (PTDRSS), em prol do bem comum, através do alcance de políticas públicas que possam contribuir com o desenvolvimento territorial. Desta forma, sua atuação é parte de uma ação estratégica direta de intervenção no Território Maciço de Baturité, especialmente no que se refere ao fortalecimento das instâncias supracitadas para o exercício do controle social sobre a execução e fiscalização das políticas públicas.

O Nedetemb parece vir assumindo papel relevante no processo de desenvolvimento do Território Maciço de Baturité, dando visibilidade a Intesol e a Unilab, especialmente no que se refere à interiorização do ensino superior e suas relações com as políticas públicas de desenvolvimento, sendo considerado uma ação governamental estratégica de forte contribuição ao fortalecimento da estratégia territorial.

A missão do Nedetemb é atuar junto ao Codetemb e suas instâncias, assessorando e buscando intervir na qualificação das ações de desenvolvimento rural sustentável, no âmbito do Território Maciço de Baturité, dentro de uma lógica de participação democrática, valorizando a sociedade civil e o poder público, como espaços legítimos de construção do acordo e da superação de dificuldades, respeitando as diferenças e as divergências naturais de qualquer processo democrático e participativo (SILVA, 2016).

Visto que o governo federal, através do CNPq, somente financiou a implantação dos Nedet's por um período de vinte e quatro meses (24 meses), este propõe sua continuidade através da institucionalização dos mesmos nas universidades, ou seja, que possam ser assumidos pelas pró-reitorias de extensão em caráter permanente, segundo depoimento da coordenadora do Nedetemb. Atualmente, o Nedetemb luta para dar continuidade as suas ações de intervenção, através da participação da coordenação em reuniões de âmbito nacional e com a reitoria da Unilab, com a proposta de institucionalizar o projeto na própria Reitoria ou na Pró-reitoria de Extensão, Arte e Cultura, como ferramenta direta e representativa da universidade frente as ações com o Território Maciço de Baturité e Países Parceiros, no que diz respeito ao Desenvolvimento Territorial. Muito embora, até o momento não tenha tido sucesso, o Nedetemb encontra-se na Intesol como um projeto incubado até este ser institucionalizado, segundo relatos da coordenadora do Nedetemb, profa. Clébia Freitas.

2.3. Confrontando a proposta do Nedetemb com sua prática

Este item tem por objetivo detalhar e organizar os resultados alcançados pela atuação do Nedetemb, tendo como base suas metas e dados coletados no transcorrer da pesquisa. Cabe

ressaltar que as ações e as atividades realizadas, e seus resultados, aqui apresentados, foram interpretadas a partir da análise de documentos como relatórios e ainda da observação participante em algumas ações realizadas pela equipe técnica do Nedetemb.

Como já mencionado no decorrer da pesquisa, o núcleo funciona como um instrumento que trabalha estrategicamente em prestar assessoramento, desenvolvendo metodologias de abordagem territorial para serem implementadas e “encabeçadas” pelo Codetemb no desenvolver de suas ações no território, o qual representam.

Pelo que se pode observar, o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Maciço de Baturité (Nedetemb) possui como um de seus focos auxiliar/estimular o poder local, a partir da participação ativa das representações locais no desenvolvimento, inicialmente, no território onde vivem, através de atividades de formação, organização, acompanhamento e assessoramento de ações, isto é, propõe novas relações entre Estado e sociedade civil, focando as mudanças pretendidas, estimulando novas formas de governança, centrados na participação social. Vale dizer que as ações aqui analisadas se referem ao período de dezembro de 2014 a dezembro de 2015.

Os documentos analisados revelam que o período de dezembro de 2014 referiu-se a consolidação da assinatura ao termo de adesão, bem como a organização para formação da equipe de trabalho culminando na elaboração do edital de contratação da equipe e na realização da Plenária para tal fim.

As metas planejadas expressam os anos de 2015 e 2016, todavia, conforme já aditado anteriormente, a representação analítica em relação a confrontar as ações planejadas com as executadas serão as relacionadas ao ano de 2015.

Conforme a proposta do Projeto inicial de implantação do Nedetemb (2014) a Implantação do Núcleo deveria perseguir as seguintes metas:

- I. Levantamento de dados e informações sobre o Colegiado Territorial, políticas públicas do MDA e SDT e Políticas para as mulheres;
- II. Levantamento, acompanhamento e avaliação da evolução dos indicadores de desenvolvimento territorial trabalhados pelo Projeto Células;
- III. Avaliação da implementação da matriz de Gestão Territorial do Plano Safra;

- IV. Fomentar a constituição de um grupo de pesquisadores (as) colaboradores (as) que realizem sua produção científica com base em dados, informações e conhecimentos gerados pela implementação do projeto;
- V. Qualificar metodologia do planejamento visando à criação da matriz de Gestão Territorial do Plano Safra, realizando a priorização de ações;
- VI. Estabelecer sistemática e metodologia de acompanhamento e avaliação da implementação de projetos de inclusão produtiva, com ênfase nos apoiados diretamente pelo MDA, tais como PROINF, Pronaf, ATER, Organização Produtiva de Mulheres Rurais, bem como no PAA e PNAE;
- VII. Assessoria Técnica ao Codetemb com vistas a qualificar sua organização, funcionamento e efetividade de seu papel na gestão social do território.

De acordo com a leitura e análise de documentos, bem como a observação participante e ainda a fala de alguns sujeitos envolvidos, o Nedetemb no período de dezembro de 2014 a dezembro do ano de 2015, conseguiu atingir as seguintes metas:

Tabela 1: resultados alcançados (Nedetemb)

PERÍODO	AÇÃO	RESULTADO
<i>dezembro de 2014</i>	1. assinatura ao termo de adesão, elaboração do edital de contratação da equipe.	Formação da equipe de trabalho.
<i>janeiro a março de 2015</i>	2. Estudo situacional sobre a realidade de composição e atuação do Colegiado Territorial do Território Maciço de Baturité-CE.	Realização de um mapeamento da realidade do Território Maciço de Baturité, através da análise de registros, visitas, aplicação de questionários e elaboração de documento final sobre a situação do Território Maciço de Baturité-CE.
<i>29 de janeiro de</i>	3. Plenária Territorial do	-Palestra sobre políticas públicas

<p>2015</p>	<p>Codetemb - “A Estratégia Territorial no Ceará: a importância no processo de desenvolvimento”.</p>	<p>para Agricultura Familiar; -Apresentação ao colegiado do papel da Unilab no território Maciço de Baturité, por meio do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento territorial Maciço de Baturité (Nedetemb); -Lançamento do edital NEDET.</p>
<p>15 de abril de 2015</p>	<p>4. Reunião da equipe Nedetemb com a Coordenadoria de Desenvolvimento Territorial (CODET)/SDT.</p>	<p>-apresentação dos projetos aprovados pelo CNPq no estado do Ceará; - apresentação de suas agendas e orçamento, identificando, como seria a parceria com o governo do estado.</p>
<p>maio de 2015</p>	<p>5. Estudo situacional sobre a realidade de composição e atuação do Colegiado Territorial do Território Maciço de Baturité.</p>	<p>Elaboração de documento sobre a situação do Colegiado territorial consolidando as informações dos questionários, contribuindo na mudança da estratégia organizacional do território.</p>
<p>25 de maio a 17 de junho de 2015</p>	<p>6. Encontros Municipais com as representações do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Maciço de Baturité.</p>	<p>-13 encontros municipais contemplando a dinâmica territorial e como funcionam as instâncias de participação cidadã; -Escolha dos representantes efetivos e suplentes – sociedade civil e poder público – composição do colegiado.</p>

<i>29 de junho de 2015</i>	7. Plenária de apresentação da nova formatação do Colegiado Territorial e eleição dos novos membros do Núcleo Dirigente, Núcleo Técnico e Comitês Temáticos.	Eleição dos novos membros do Núcleo Dirigente, Núcleo Técnico e Comitês Temáticos de Juventude, Mulheres, Comunidades Tradicionais, Inclusão Produtiva e Ação Fundiária.
<i>07 de agosto de 2015</i>	8. Plenária Geral do Colegiado Territorial do Território Maciço de Baturité-PROINF 2015.	Aquisição de transporte para comercialização de produtos da agricultura familiar.
<i>30 de setembro de 2015</i>	9. I Ciclo de Encontros Temáticos de Fortalecimento do Colegiado Territorial do Território Maciço de Baturité-Codetemb.	Tema: “Políticas Públicas para a Agricultura Familiar”, fortalecimento da atuação do colegiado territorial, suas instâncias, sociedade, discentes e docentes da Unilab.
<i>19 a 22 de outubro de 2015</i>	10. Treze Encontros Municipais para formação de fóruns locais de políticas públicas.	Um encontro em cada município, com o propósito de criar e fortalecer fóruns locais de políticas públicas.
<i>04, 05 e 09 de novembro de 2015</i>	11. Pré-conferências Territoriais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).	-Realização de três microconferências regionais, estas sendo realizadas no Sertão, Pé de Serra e Serra do Território Maciço de Baturité; -Sensibilização à participação da II Conferência Territorial de Assistência Técnica e Extensão Rural (II CNATER).
<i>16 de dezembro</i>	12. Conferência Territorial de	-Escolha de delegados

<i>de 2015</i>	Assistência Técnica e Extensão Rural - CTATER, realizada na Cidade de Baturité-CE. (representantes locais) do Poder Público e Sociedade Civil, sob o critério de paridade, para representação do Território Maciço de Baturité na II Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (II CNATER); -Debates de propostas de desenvolvimento do território a serem levadas pelos representantes a II CNATER.
----------------	--

Fonte: Elaborado pela Autora, 2016.

Pelos dados acima, o Nedetemb parece vir cumprindo as metas planejadas, pelo menos em termos quantitativos. Os dados acima revelam os resultados decorrentes de ações estratégicas desenvolvidas, metodicamente, para serem implementadas e coordenadas pelo Codetemb juntamente com o próprio núcleo.

O Nedetemb parece vir funcionando como uma ferramenta de fortalecimento das instâncias de participação cidadã do território Maciço de Baturité. Este, por consequência, possui o mesmo papel para com a sociedade representada no Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Maciço de Baturité, isto é, o estímulo ao desenvolvimento territorial parte do princípio que a participação social é inerente a busca pelo controle das políticas públicas, como uma forma de cobrar, opinar e contribuir com o seu próprio meio, e isto não pode ser realizado se não houver uma capacitação para formação desses atores sociais. Informados, estes podem atuar conjuntamente na implementação e no controle das políticas públicas de seu município. É este papel de formar, capacitar e assessorar atores sociais, estimulando sua participação, que o Nedetemb parece vir assumindo frente ao Colegiado de Desenvolvimento Territorial.

Para validar o que se pode observar em relação aos resultados, buscou-se agregar neste trabalho depoimentos da equipe Nedetemb. Os depoentes contribuíram com informações

relacionadas à: relevância da atuação do Nedetemb, mudanças percebidas, potencialidades, limites e desafios.



Fonte: Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (Intesol/Unilab), 2015.

Depoimento concedido por SILVANAR SOARES PEREIRA. Aluno do curso de Bacharelado em Administração pública à distância na Unilab. Primeiro técnico, assessor e articulador Territorial do Território Maciço de Baturité, contratado pelo Ministério (logo após o reconhecimento do território pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA), para fazer os trabalhos de articulação, mobilização e assessoria das atividades. Atualmente, ainda continua desempenhando o papel de assessor territorial, mas com foco na Gestão Social, sendo um dos componentes da equipe do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Maciço de Baturité (Nedetemb).

“Com um Colegiado consolidado, com todas as instâncias fortalecidas, capacitadas e funcionando, toda a sociedade de um território, sai ganhando. E foi exatamente o que o Nedetemb mais visou: recuperar as entidades que estavam ausentes ou distantes das decisões, renovar nos casos de entidades que não existiam mais, capacitar e nivelar as pessoas para uma participação mais ativa, consciente e comprometida, além de estreitar o diálogo com o poder público. O próprio colegiado sofreu um processo de enxugamento, pois eram 118 (cento e dezoito) entidades que o integravam, porém, o índice de participação estava baixo. Para garantir que houvesse quórum mínimo das plenárias para tomada de decisões importantes, além de evitar desperdício de trabalho e de recursos, com pessoas e entidades que não estavam motivadas a participar, fora diminuído o quadro de membros para 78 (setenta e oito) instituições, incluindo representações da sociedade civil e do poder público dos treze municípios, além das representações de caráter territorial, ou seja, aquelas organizações que desenvolvem ações para além de um município dentro do território. Além disso, foi feito um processo de cadastramento de todas as entidades, com representantes efetivos e suplentes, de forma a facilitar as articulações para participação nos eventos por meio de mobilizações virtuais (telefone, internet, rádio). Outra intervenção importante que o Nedetemb empreendeu, foi a criação dos Fóruns Locais de Políticas Públicas, como sendo um espaço municipal de participação e discussão dos problemas e dos projetos. Da mesma forma que o Codetemb, o Fórum Local é formado

pela participação das representações do Poder Público e da Sociedade Civil, e é um espaço legítimo para discussão dos problemas e para busca de soluções e definição de prioridades, a partir da participação. Por sinal, os Fóruns Locais estão sendo sensibilizados e capacitados para serem espaços para discussão dos PPA's das Prefeituras no ano de 2017. Hoje, o trabalho de mobilização é bem mais prático, eficiente, eficaz e efetivo, pois há uma equipe que faz o trabalho de assessoria, formação e mobilização do processo e do outro lado, as pessoas estão sensibilizadas à participação. De forma que basta acionar pelo telefone, por e-mail ou por rádio, que as entidades se mobilizam para enviar seus representantes. E as discussões sendo feitas previamente nos Fóruns Locais, os debates na Plenária Geral do Codetemb, são melhor qualificadas e os resultados são melhores. Os resultados desses 20 (vinte) meses de trabalho, são muitos e são importantes, para o desenvolvimento das ações e para uma melhor atuação do Codetemb. Entre os mais relevantes resultados das ações do Nedetemb, podemos citar o enxugamento do número de entidades, que embora tenha parecido no princípio uma diminuição da participação, pois teriam que ser excluídas 40 (quarenta) entidades, percebeu-se que foi uma decisão acertada, pois as que hoje participam, são melhor acompanhadas e com um senso de responsabilidade e compromisso mais evidentes. Poderia ser registrada ainda como ação positiva, as visitas nos municípios, com eventos de formação e diálogo com o conjunto da sociedade, que permitiu que mais pessoas conhecessem a estratégia de desenvolvimento territorial e acompanhassem mais de perto a atuação das instituições que os representam no Codetemb; Também foi de grande valia a criação dos Fóruns Locais de Políticas Públicas, como sendo um espaço municipal de discutir as políticas públicas, com a mesma lógica do desenvolvimento territorial, e encaminhando e priorizando as demandas, a partir de uma discussão e um debate local. Por meio da atuação do Nedetemb, a Unilab se fez presente e se fez conhecida nos mais diversos lugares do Território Maciço de Baturité, da mesma forma que o Maciço de Baturité se mostrou para a Universidade. Mais recentemente, o Nedetemb iniciou um processo de atualização e requalificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, que deverá ficar pronto nos próximos dias”.



Fonte: Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (Intesol), 2015.

Depoimento concedido por GISELLE MONTEIRO SILVEIRA. Bacharel em Economia Doméstica – UFC; Pós-graduada em Educação Ambiental – UECE; Mestranda em Educação Brasileira – UFC. Assessora Territorial de Gênero do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Maciço de Baturité (Nedetemb).

“A atuação do Codetemb, logo no início, segundo depoimentos dos mais antigos, era bastante intensa e muito contribuiu para o desenvolvimento de políticas públicas no Maciço. Entretanto, essa atuação foi se enfraquecendo com o passar dos anos. Nesse sentido, o Nedetemb se configura como uma importante ferramenta de apoio ao Codetemb, contribuindo, principalmente, para o seu fortalecimento. Quando iniciamos a assessoria no projeto Nedetemb, percebemos uma grande fragilidade na participação, tanto da Sociedade Civil quanto do Poder Público. Para tentar reverter esse quadro, a equipe, com o apoio da coordenadora do projeto, desenvolveu estratégias para “renovar” o colegiado, de forma a garantir uma participação de qualidade. Como assessora de gênero, percebi que, no caso das mulheres do território, a participação ainda se mostrou bastante frágil, muito embora tenha melhorado de maneira considerável. Das 90 (noventa) representações do Codetemb, 58 são homens, 32 são mulheres, o que corresponde, respectivamente, a 64% e 36%. Percebemos que dois anos não foram suficientes para contribuir como gostaríamos, mas entendemos que, ainda assim, o Nedetemb auxiliou, e muito, as ações do Codetemb”.



Fonte: Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (Intesol/Unilab), 2015.

Depoimento concedido por ROSANE MARIA TAVEIRA MOREIRA. Representante, de caráter regional – Projeto São José. Membro do Núcleo Dirigente do Colegiado Territorial do Território Maciço de Baturité – Codetemb.

“O Nedetemb, como uma unidade administrativa, tem dentre algumas de suas funções, eu diria a principal, é o apoio nas ações de extensão e assessoramento técnico ao Colegiado Territorial do Maciço de Baturité. Quanto a questão da relevância da atuação do Nedetemb, eu destacaria como 01 (um), essa articulação, essa mobilização contínua que ele faz entre os atores do Território Maciço de Baturité. Sendo esses atores de seguimentos governamentais e não-governamentais. Esse é um trabalho muito difícil, e ele busca, dentre sua atuação, o cumprimento efetivo desse trabalho. Eu acho que uma mudança significativa, no meu ponto de vista, é a forma coletiva que os componentes do Núcleo contribuem, na atuação de seus papéis. Se percebe nitidamente que não é um segmento ou uma liderança, mas são segmentos que, de uma forma compartilhada, conduzem as plenárias, as discussões, realizam suas reuniões internas para discutir pontos e estratégias para melhorar o trabalho como um todo, sobretudo para suprir alguns desafios gigantescos que se tem no território,

tendo em vista que o colegiado é uma parte para tentar vencer esses desafios, mas é preciso o mesmo está fortalecido, está participando ativamente. E eu acho que o Nedetemb tem essa missão, de ser o animador, articulador, motivador, para mais pessoas do Colegiado participarem. Isso não é fácil na prática. Eu diria que uma mudança significativa é essa: você vai para uma plenária e não ver UMA pessoa conduzindo, mas UMA EQUIPE, que são os membros do Núcleo, coordenando, ajudando e auxiliando nos trabalhos do Colegiado. É também nesse espaço de diálogo, de discussão, que se revisa e atualiza e faz todos os ajustes no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Maciço de Baturité. A partir desse plano é que se consegue definir as políticas públicas prioritárias para o território. É nesse momento que se consolida todas as informações, e consegue se construir um perfil com todas as características e necessidades do território. É nesse espaço de diálogo que as pessoas participam, e vai se consolidando essas informações que são importantíssimas quando se pensa em políticas públicas em um segundo momento, pois só dá para pensar em políticas quando se conhece a realidade do território, e essa realidade é construída e consolidada nessas reuniões, nessas plenárias, onde o Nedetemb possui o papel fundamental de articular, ajudar na mobilização, conduzir a plenária, enfim, nesse sentido, é relevante manter essa articulação e mobilização dos membros do Colegiado pelo Núcleo. É importantíssimo”.



Fonte: Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (Intesol/Unilab), 2015.

Depoimento concedido por EDUARDO CÉSAR DE SOUSA. Técnico em Agropecuária – Diretor da COPASAT – Cooperativa de Trabalho, Prestadora de Serviços e Assessoria Técnica – Coordenador do Núcleo Dirigente do Colegiado de Desenvolvimento Sustentável do Maciço de Baturité.

“O Território de Desenvolvimento Sustentável do Maciço de Baturité se constituiu das diversas organizações na região pautada na luta por melhores dias para suas cidades e seus habitantes, nesse contexto destacamos a importante atuação a sociedade civil que tem sido o pilar de sustentação, o organismo que tenciona a participação do poder público por meio de suas pautas de reivindicações, seus questionamentos e provocações, daí o surgimento de debates e encaminhamentos participativos. Inegavelmente, o Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável do maciço de Baturité, desde sua constituição tem cumprido o papel de organismo de integração das organizações da sociedade civil e governamental, isso se faz muito importante tanto para a organização das lutas por políticas públicas para região bem como para a preservação e negociação da distribuição justa das políticas conquistadas pelo território. Nossa inserção no processo se deu na representação da Copasat –

Cooperativa Prestadora de Serviços e Assessoria Técnica por conta da nossa atuação com ATER a diversos grupos de agricultores familiares da reforma agrária na região, no início tínhamos até dificuldades de compreender qual a intenção e a estratégia da política de territorialização, mais processualmente fomos compreendendo dando nossa contribuição no processo. Atualmente, integramos o Núcleo Dirigente estando na função de coordenador o qual aproveito a oportunidade para destacar e ao mesmo tempo ser bastante grato pela participação ativa e fundamental da Unilab por meio da Intesol/NEDET/Projeto Nedetemb, principalmente na garantia de respaldo e qualificação em todos os sentidos do nosso colegiado, o acolhimento diário nas suas instalações, a dedicação dos/as bolsistas, professores os quais agradecemos na pessoa da Professora Clébia pela doação, verdadeira militante das causas do território, organizações não-governamentais que, repito, são pilares, pela minha Instituição Copasat, que me oportuniza representá-la e fazer parte assiduamente, e as organizações governamentais pela que é mais assídua e dedicada Ematerce, e por fim aos membros do Núcleo Dirigente que juntos coordenamos esse importante organismo regional de tantas histórias e vitórias”.

Os depoimentos coletados supracitados foram de alguns dos componentes do Nedetemb e do Codetemb, com o intuito de incrementar os resultados alcançados com a atuação do próprio Núcleo no Território Maciço de Baturité. Não foi possível a coleta de todos que compõem as equipes, devido a dificuldade de conciliação de suas agendas.

Nesta pesquisa foram considerados apenas os relatos das duas equipes, devido a lógica seguida pelo estudo, de avaliar a possível relevância do Núcleo para o desenvolvimento do Território e suas contribuições junto ao Colegiado, considerando a atuação do Núcleo em articulação direta com o Codetemb, que cumprem o propósito conjunto de atender ao território.

Considerando os resultados alcançados e os depoimentos supracitados, chega-se a conclusão que o Nedetemb é uma ação estratégica que pode ser implementada continuamente, seguindo a metodologia de trabalho conforme trabalhada pela Intesol. Contribui, expressivamente no debate do Desenvolvimento Territorial.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Estratégia de Desenvolvimento Territorial representa uma importante ferramenta para o diálogo da sociedade civil e administração pública, na proposição, cobrança, elaboração, execução, fiscalização e controle social das políticas públicas. Construir uma nova governança, onde os beneficiários das políticas públicas e das ações do governo, participem das decisões e ajudem a decidir sobre prioridades. Significa por um lado compartilhar poderes e responsabilidades e por outro lado, “educar” as pessoas para a participação e o exercício da democracia direta.

No entanto, para se atingir a um nível desejável de participação e de abertura dos poderes públicos, faz-se necessário um minucioso processo de formação e assessoria com vistas a criar uma nova consciência sobre os papéis e responsabilidades de cada um. Sem esta assessoria, torna-se muito difícil de se atingir ao perfil de ator e atriz social, que participa, questiona, propõe, cobra e fiscaliza as ações do poder público no âmbito da implementação das políticas públicas. Nesse contexto, o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Maciço de Baturité - Nedetemb, uma ação concreta da Incubadora Tecnologia de Economia Solidária da Unilab - Intesol, em articulação com o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Maciço de Baturité - Codetemb, nasceu com o propósito de fazer acontecer esta formação e esta assessoria necessária à realidade encontrada no território.

Ao longo de sua atuação, o Nedetemb agiu junto a todas as instâncias do Codetemb, com o intuito de resgatar o interesse pela participação, que estava em baixa. Foram muitas as estratégias pensadas e executadas de forma participativa com as representações das instâncias de participação cidadã do Codetemb (Núcleo Dirigente, Comitês Temáticos e Setoriais, instancias municipais, órgãos dos governos das três esferas, e populares da sociedade civil organizada). Tendo em vista os resultados e depoimentos apresentados e a observação participante, chega-se a consideração final que as intervenções dos membros do Codetemb são mais qualificadas, os eventos são mais participativos e o mesmo goza de uma certa confiança e prestígio junto a sociedade.

O Núcleo, além de se projetar como um instrumento facilitador das ações do colegiado e da implantação de políticas públicas de desenvolvimento rural no território do Maciço de Baturité, parece representar um dos vetores que pode contribuir para efetivação de luta contra a pobreza nos países parceiros da Unilab.

A pesquisa pode se figurar de grande relevância para o Colegiado Territorial do Território Maciço de Baturité (Codetemb) e para a academia, visto que o instrumento em análise (Nedetemb) parece contribuir para promover a elevação da participação através de um processo educativo de fortalecimento do *empoderamento* dos sujeitos envolvidos no controle social. Também representa uma oportunidade em apresentar dados, informações e resultados sobre a política de criação dos NEDET's nas universidades e quais rumos os mesmos poderão tomar seja em tornar-se uma ação permanente nas universidades, seja na intenção de criar metodologias de intervenção para elevar processos de participação social, já que os NEDET's são o que há de mais inovador na estratégia territorial.

A instalação do Nedetemb, de acordo com os dados coletados no transcorrer da pesquisa, significou uma grande contribuição na geração e sistematização de informações; avaliação de políticas públicas; assessoramento ao Colegiado Territorial; mediação da relação Poder Público e Sociedade Civil (debates, discussão, proposições conjuntas), para construção de espaços legítimos do consenso e respeito às diferenças de qualquer processo democrático e participativo; participação social; simetria de informações sobre a realidade local, conhecimento e divisão de responsabilidades; dentre outros aspectos de intervenção que tiveram resultados significativos na atuação articulada com o Codetemb.

Como futuros estudos, para validar a proposta, seria adequado dirigir o estudo a todos os órgãos (tanto poder público quanto sociedade civil), projetos e outros núcleos de assessoramento territorial que apoiam territórios rurais ou da cidadania, na tentativa de replicar a metodologia. Ter participado ativamente do projeto Nedetemb foi algo inovador, além de ter contribuído significativamente para formação acadêmica, profissional e, porque não dizer, humana, também proporcionou vivenciar uma ação estratégica para o desenvolvimento sob uma outra ótica, a de organização/implementação, projetando o interesse de desenvolver mais pesquisas futuras relacionadas a temática.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBURQUERQUE, Francisco; ZAPATA, Tania. **A importância da estratégia de desenvolvimento local/territorial no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

ANDRADE, Marcio Camoleze de. SOUZA, Thiago Muniz de. **Modelo de Monografia para Graduação**. Niterói: PET-Tele, 2009.

ANDREOLLA, Elisiane, **Aprendizagens da política de desenvolvimento territorial rural: os casos do Brasil e Costa Rica**. Salvador: NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA. v. 2. n. 2, 2011.

BARROS, Ricardo Paes de. **Desigualdade de renda no Brasil**. Brasília: IPEA, 2007.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável/MDA; IICA**. Brasília: CONDRAF; NEAD, 2003.

BRASIL. **Territórios da cidadania**. Brasília, 2008.

CANIELLO, Márcio de Matos; PIRAUX, Marc; RAMBO, Anelise Graciele. **As políticas públicas territoriais e o desenvolvimento rural sustentável no Brasil contemporâneo – Síntese**. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 5, 2012, Belém. Desenvolvimento, Ruralidades e ambientalização: paradigmas e atores em conflitos. **Anais...** Belém, 2012.

CASSAB, Clarice. **Políticas públicas para juventude: quais jovens? Que juventude?** UFJF, 2011.

CASTELÕES, Lílíane. **Políticas públicas: proteção e emancipação. Agricultura familiar predominante no Brasil**. 2005. Disponível em: <www.comciencia.br>. Acessado em julho de 2016.

DELGADO, Nelson Giordano; BONNAL, Philippe; LEITE, Sérgio Pereira. **Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais**. Rio de Janeiro: IICA, 2007.

FAVARETO, Arilson [et al]. **Políticas de Desenvolvimento Territorial no Brasil: avanços e desafios**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. V. 12. Brasília: IICA, 2010.

FERREIRA, José. **Do desenvolvimento local ao desenvolvimento territorial**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo: ENGA, 2009.

GRANDO, Raquel Lopes Sinigaglia Caribé. **TERRITÓRIO EM CONSTRUÇÃO: desenvolvimento territorial, organização social e políticas públicas no Território Portal**

da Amazônia, Mato Grosso (MT). Brasília: Universidade de Brasília, 2014. Tese de doutorado.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo; SARON, Flávio de Arruda. **O PRONAF E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL: o desafio da (re) construção das políticas de apoio agricultura familiar.** Ano 14, nº. 23,v. 2. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera de. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil.** Semina: Ciências Sociais e Humanas. Londrina, v. 29, n. 2, jul./dez, 2008.

MDA. **Desenvolvimento Territorial.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/tags/desenvolvimento-territorial>>. Acessado em 09 de setembro de 2015.

MDA. **Instruções preliminares para o assessoramento aos Colegiados Territoriais-2º SEM/2015.** Brasília: MDA/SDT, 2015.

MDA. **2º Encontro da Coordenação Nacional dos NEDET – Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – Salvador/Bahia, 22-24/11/2015 – resumos expandidos.** Salvador: SDT, 2015.

MDA. **Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário.** 2013.

MDA. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil.** 2005.

MONTENEGRO GÓMES, Jorge R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural.** 2006. Tese (Doutorado em Geografia)- Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

MOURA, Joana Tereza Vaz de; FERREIRA, Dulceleno Alfredo Moniz. **Representação política e agricultura familiar no Colegiado Territorial Mato Grande/RN.** In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 5, 2012, Belém. Desenvolvimento, Ruralidades e ambientalização: paradigmas e atores em conflitos. **Anais...** Belém, 2012.

OLIVEIRA, Luiza Zitzke. **Análise do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT): o caso do Território Meio Oeste Contestado (SC).** Florianópolis, SC, 2014.

ORTEGA, Antonio César. **Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs.** vol. 45. no.2. Brasília: Rev. Econ. Sociol. Rural, 2007.

PEREIRA, Silvanar Soares [et al]. **O NEDETEMB e a experiência dos Fóruns Locais de Políticas Públicas no território**. Redenção, 2016.

PIRES, Elson Luciano Silva [et al]. **Revista Geografia e Pesquisa**. Disponível em: <www.ipea.gov.br/desafios/index.p>. Acessado em: 17.11.2016.

SANTOS, Roselí Alves dos; MARSCHNER, Walter. **Identidade territorial e desenvolvimento: a formulação de um plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Território Sudoeste do Paraná**. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, CANDIOTTO, Beatriz Rodrigues, PESSÔA, Luciano Zanetti. **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SEPLAN-BA. **Política Territorial**. Disponível em: <www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=51>. Acessado em: 30 de julho de 2016.

SILVA, Clébia Mardônia Freitas. **Projeto de pesquisa e extensão: implantação do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial do Território do Maciço de Baturité no Ceará**. Redenção, 2014.

SILVA, Clébia Mardônia Freitas [et al]. **Escrevendo a linha do tempo do Território Maciço de Baturité (como era, como está e como desejamos que seja)**. Redenção: Intesol, 2015.

SILVA, Clébia Mardônia Freitas. **Projeto de Pesquisa - Implantação da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (INTESOL – UNILAB) RELATÓRIO DE RESULTADOS**. Redenção: Intesol, 2016.

SILVA, Cícero Nilton Moreira da. **O TERRITÓRIO NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA): CONSENSO OU CONFLITO?**. 2013. 267 f. tese de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, 2013.

SOUSA, Jocêia Gouveia de. **Política de Desenvolvimento Territorial Rural: o caso do território da Zona da Mata Norte-PB**. Dissertação de mestrado. João Pessoa: UFPB, 2014.

ANEXOS

Anexo 1: Evento em Alusão ao Dia do Trabalho, com o tema: “O Maciço que queremos a participação que precisamos”. Realizado e organizado pelo NEDETEMB em articulação com o CODETEMB. Ação realizada na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – Campus das Auroras - Redenção-CE, no dia 30 de abril de 2015.



Fonte: Incubadora Tecnológica de Economia Solidária – INTESOL/UNILAB, 2015.

Anexo 2: Grupo Sociedade Civil - escolha dos representantes para compor o Núcleo Dirigente do Colegiado do Território Maciço de Baturité - *Plenária Geral do Colegiado Territorial do Território Maciço de Baturité* - Realizada e organizada pelo NEDETEMB em articulação com o CODETEMB. Ação realizada na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – Campus das Auroras - Redenção-CE, no dia 29 de junho de 2015.



Fonte: Incubadora Tecnológica de Economia Solidária – INTESOL/UNILAB, 2015.

Anexo 03: Grupo Poder Público - escolha dos representantes para compor o Núcleo Dirigente do Colegiado do Território Maciço de Baturité - *Plenária Geral do Colegiado Territorial do Território Maciço de Baturité* - Realizada e organizada pelo NEDETEMB em articulação com o CODETEMB. Ação realizada na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – Campus das Auroras - Redenção-CE, no dia 29 de junho de 2015.



Fonte: Incubadora Tecnológica de Economia Solidária – INTESOL/UNILAB, 2015.

Anexo 4: *Plenária Geral do CODETEMB – Ação orçamentária de apoio à infraestrutura em territórios rurais (PROINF 2015)* - Realizada e organizada pelo NEDETEMB em articulação com o CODETEMB. Ação realizada na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – Campus da Liberdade – Redenção-CE, no dia 07 de agosto de 2015.



Fonte: Incubadora Tecnológica de Economia Solidária – INTESOL/UNILAB, 2015.

Anexo 5: *I Ciclo de Encontros Temáticos de Fortalecimento do Colegiado Territorial do Território Maciço de Baturité-CODETEMB* - Realizado e organizado pelo NEDETEMB em articulação com o CODETEMB. Ação realizada na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – Campus das Auroras - Redenção-CE, no dia 30 de setembro de 2015.



Fonte: Incubadora Tecnológica de Economia Solidária – INTESOL/UNILAB, 2015.

Anexo 6: Grupo de Mulheres - *I Ciclo de Encontros Temáticos de Fortalecimento do Colegiado Territorial do Território Maciço de Baturité-CODETEMB* - Realizado e organizado pelo NEDETEMB em articulação com o CODETEMB. Ação realizada na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – Campus das Auroras - Redenção-CE, no dia 30 de setembro de 2015.



Fonte: Incubadora Tecnológica de Economia Solidária – INTESOL/UNILAB, 2015.

Anexo 7: Grupo de Jovens - I Ciclo de Encontros Temáticos de Fortalecimento do Colegiado Territorial do Território Maciço de Baturité-CODETEMB - Realizado e organizado pelo NEDETEMB em articulação com o CODETEMB. Ação realizada na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – Campus das Auroras - Redenção-CE, no dia 30 de setembro de 2015.



Fonte: Incubadora Tecnológica de Economia Solidária – INTESOL/UNILAB, 2015.

Anexo 8: 2ª Conferência Territorial de Assistência Técnica e Extensão Rural (CTATER) - Realizada pela Comissão Organizadora Territorial com o apoio da Comissão Organizadora Estadual, sob assessoria do NEDETEMB em articulação com o CODETEMB. Ação realizada no Centro Regional Integrado de Administração (CRIA) – Baturité-CE, no dia 16 de dezembro de 2015.



Fonte: Incubadora Tecnológica de Economia Solidária – INTESOL/UNILAB, 2015.